te a auxiliar técnica, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006, pelo período de um ano, renovável por igual período até ao máximo de três anos.

25 de Agosto de 2006. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*. 3000215506

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA

Aviso

Renovação de comissões de serviço

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 31 de Outubro de 2006 e nos termos artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foram renovadas, por mais três anos, as comissões de serviço de Clotilde Maria Vidal Ferreira Talaia, no cargo de chefe de Divisão de Obras Particulares, de Eduardo Jorge Correia da Costa Ferreira, no cargo de chefe de Divisão de Arquitectura e Projectos, e de Rui Amadeu Ferreira Gomes de Castro, no cargo de chefe de Divisão de Obras Municipais desta Câmara Municipal, cujos termos ocorriam no dia 31 de Janeiro de 2007. (As presentes renovações não estão sujeitas a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

2 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Agostinho Pinto Pereira*. 1000308297

Aviso

Nomeação, por transferência, de um técnico de contabilidade e administração

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 24 de Novembro de 2006 e de acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, foi nomeado, por transferência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Albergaria-a-Velha, para a categoria de técnico de contabilidade e administração de 1.ª classe do quadro de pessoal privativo desta Câmara Municipal, o funcionário Joaquim Miguel Coimbra de Castro.

A presente nomeação não está sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

24 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Agostinho Pinto Pereira*. 1000308284

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar da categoria de operário qualificado — serralheiro civil.

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 7 de Novembro de 2006 do vice-presidente da Câmara Municipal, foi nomeado provisoriamente, para lugar da categoria de operário qualificado — serralheiro civil, do quadro de pessoal do município de Albufeira, o candidato Alcino Agostinho do Nascimento Pestana, aprovado no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 207, de 27 de Outubro de 2005, o qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Desidério Jorge Silva*. 1000308275

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Aviso

Loteamento urbano Quinta do Pinhal, freguesia de Santiago, Alcácer do Sal

Torna-se público, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 22 de Setembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, com a duração de 15 dias, contados a partir do 8.º dia seguinte à publicação do presente aviso, tendo por objecto o projecto de loteamento que a Almeida e Gil, Promoção Imobiliária, L.da, com sede na Avenida da Boavista, 3477/3521, 5.º, no Porto, pretende promover na Quinta do Pinhal, freguesia de Santiago, Alcácer do Sal.

O projecto de loteamento desenvolve-se a partir da ligação à Alameda de José Saramago, propondo a constituição de 131 lotes, sendo que 130 destinam-se a habitação e 1 a comércio.

O processo encontra-se disponível, para consulta, na secretaria da Divisão de Urbanismo, Equipamento e Habitação da Câmara Municipal, podendo todos os interessados apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões, dirigindo-as ao presidente da Câmara.

3 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes*. 1000308279

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 8 de Novembro de 2006, do vereador da Divisão Administrativa e Financeira, se procedeu à nomeação de Mário Inocêncio Santana Nunes, para o lugar de encarregado dos Serviços de Higiene e Limpeza, 1.º escalão, índice 244, 1.º classificado no concurso interno de ingresso para um lugar de encarregado dos Serviços de Higiene e Limpeza, devendo o mesmo tomar posse no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2006. — O Vereador da Divisão Administrativa e Financeira, *João José Mendes Ferreira Massano*. 1000308280

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Aviso

Nomeação de um cozinheiro

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo meu despacho n.º 149, de 20 de Novembro de 2006, foi nomeada, para um lugar de cozinheiro, a que se refere o concurso externo de ingresso para provimento de vários lugares — um lugar de cozinheiro — referência AE, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 31 de Julho de 2006, a candidata posicionada no 1.º lugar da lista de classificação final, Maria Alexandrina Dias Guerra dos Santos.

De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a candidata tem 20 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República* para tomar posse do referido lugar.

(Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Novembro de 2006. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *Paulo Alves Machado*. 1000308290

Aviso

Nomeação de um tractorista

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo meu despacho n.º 151, de 20 de Novembro de 2006, foi nomeado, para um lugar de tractorista, a que se refere o concurso externo de ingresso para provimento de vários lugares — um lugar de tractorista — referência AH, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 31 de Julho de 2006, o candidato posicionado no 1.º lugar da lista de classificação final, Vítor Manuel Correia Lopes.

De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o candidato tem 20 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República* para tomar posse do referido lugar.

(Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Novembro de 2006. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *Paulo Alves Machado*. 1000308291

Aviso

Nomeação de um nadador-salvador

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo meu despacho n.º 150, de 20 de Novembro de 2006, foi nomeada, para um lugar de nadador-salvador, a que se refere o concurso externo de ingresso para provimento de vários lugares — um lugar de nadador-salvador — referência AG, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 31 de Julho de 2006, a candidata posicionada no 1.º lugar da lista de classificação final, Célia Maria Pires Monteiro.

De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a candidata tem 20 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República* para tomar posse do referido lugar.

(Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Novembro de 2006. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *Paulo Alves Machado*. 1000308292

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR

Aviso

Concurso interno de ingresso para provimento de 10 lugares de operário semiqualificado — cantoneiro

1 — Nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho datado de 20 de Novembro de 2006, se encontra aberto concurso interno de ingresso para provimento de 10 lugares de operário semiqualificado — cantoneiro, do grupo de pessoal operário do quadro de pessoal desta Câmara Municipal.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas indicadas, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — compete aos titulares dos lugares a prover as funções constantes no n.º 4, alínea *f*), do Despacho n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990.

5 — Local de trabalho — as funções correspondentes aos lugares a concurso serão desempenhadas na área do município de Almodôvar.

6 — Remunerações e outras condições de trabalho — se outra não resultar da aplicabilidade do disposto no n.º 3 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a alteração, por rectificação, que lhe foi introduzida pela Lei n.º 6/92, de 29 de Abril, os titulares dos lugares a prover serão remunerados pelo escalão 1, índice 137, no valor de 441,03 euros, sendo-lhes aplicável, no que concerne às regalias sociais e condições de trabalho, as normas genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

7 — Requisitos de admissão — só serão admitidos ao concurso os candidatos que satisfaçam os requisitos gerais definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.1 — Como habilitações mínimas, é exigida a escolaridade obrigatória e de comprovada formação ou experiência profissional, adequada ao exercício da respectiva profissão, de duração não inferior a um ano, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7.2 — São ainda requisitos de admissão — ser funcionário ou agente nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, podendo ainda candidatar-se o pessoal contratado sem prazo ou assalariado eventual a que se refere o artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a alteração, por rectificação, que lhe foi introduzida pela Lei n.º 6/92, de 29 de Abril.

8 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as adaptações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a alteração, por rectificação, que lhe foi introduzida pela Lei n.º 6/92, de 29 de Abril.

9 — Apresentação de candidaturas:

9.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

9.2 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Almodôvar, entregue pessoalmente na Secção de Recursos Humanos ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 9.1, à Câmara Municipal de Almodôvar, Rua de Serpa Pinto, 10, 7700-081 Almodôvar, nele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de contribuinte fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações literárias;

c) Identificação do concurso a que se candidata, assim como do *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso;

d) Quaisquer circunstâncias passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal e, neste caso, devidamente comprovadas;

9.3 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;

b) Fotocópia do bilhete de identidade;

c) Fotocópia do cartão de contribuinte fiscal;

d) Declaração, devidamente autenticada e actualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, inequivocamente, a natureza do vínculo, a categoria detida, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço obtidas com indicação das respectivas expressões quantitativas e menções qualitativas.

9.4 — Os requerimentos de admissão deverão ainda ser acompanhados da documentação que comprove os requisitos gerais exigidos no n.º 7 deste aviso, podendo ser substituídos por declaração no respectivo requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que o candidato se encontra, relativamente a cada um dos requisitos.

9.5 — Os candidatos que sejam funcionários ou agentes desta Câmara Municipal são dispensados da apresentação dos documentos que constem do respectivo processo individual.

9.6 — A falta de documentos que devam acompanhar o requerimento de admissão a concurso sem razão justificativa é motivo de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.7 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação da documentação comprovativa das suas declarações.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.